

FOLHA DE SÃO PAULO

- 1 FEV 1986

ANC - CPEC
X

ANC 88
Pasta Jan/Jul 86
Setembro/88
025

Arinos pede unidade à Comissão Constitucional

Da Sucursal do Rio

FOLHA DE SÃO PAULO

CONSTITUINTE 86



O presidente da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, Afonso Arinos de Melo Franco, 80, fez ontem um "apelo emocionado", como ele mesmo definiu, aos membros da Comissão, para que "afastem as divergências vocabulares ou conceituais e, num esforço de convergência, até o final do mês, os princípios gerais da proposta constitucional estejam acertados". Houve "algum avanço" com relação à principal polêmica da Comissão — a definição do sistema de governo —, e há possibilidade de uma solução ainda hoje, embora "o mais provável", segundo Arinos, seja o adiamento do acerto para a plenária do dia 18, no Hotel Glória, no Rio.

A aceleração histórica põe em risco a estabilidade das instituições, no Brasil", disse Arinos, "e não podemos titubear na definição dos princípios básicos, para que tenhamos tempo de concluir o texto do anteprojeto de Constituição até julho, quando deveremos entregá-lo ao presidente Sarney". O presidente da Comissão afirmou que tem "conversado com os militares e eles confirmam sua opção pelo regime democrático, pela eleição de um presidente civil para ser o comandante supremo das Forças Armadas".

O impasse da Comissão está entre a proposta defendida principalmente pelo cientista político Hélio Jaguaribe, 61, de um "presidencialismo cameral ou congressual", uma espécie de parlamentarismo com o presidente eleito pelo povo, podendo ser

destituído pelo Congresso, mas também dissolvê-lo, e a sugestão do jurista Miguel Reale Jr., 41, em que o presidente também é eleito, governa auxiliado por um ministro-coordenador, mas não pode dissolver o Congresso nem ser destituído por ele.

Enquanto almoçavam, ontem, no Hotel Glória, alguns membros da Comissão discutiram uma idéia que pode facilitar um consenso: seria feita a opção por um sistema mais próximo do presidencialismo, como o de Reale, que evoluiria num prazo determinado para o parlamentarismo de Jaguaribe. Este prazo seria para que se processasse o fortalecimento dos partidos e a mudança na legislação partidária.

O grupo que foi criado para apresentar sugestões de mudança na legislação partidária com vistas à

eleição para o Congresso constituinte, este ano, volta a se reunir hoje. "existe a possibilidade de conclusão do trabalho" para ser apreciado pela plenária do dia 18 e, se aprovado, enviado ao presidente Sarney. Segundo o procurador-geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence, 46, membro do grupo, algumas das sugestões serão: "publicidade das despesas eleitorais, fixação de teto e unificação da conta bancária de cada candidato, criação de mecanismos processuais para que o Ministério Público possa controlar os abusos do uso eleitoral das máquinas governamentais. Admitir realisticamente que há gastos, mas exigir transparência". Afonso Arinos é contrário à apresentação das sugestões ao presidente Sarney, por julgar que a Comissão não tem competência para isso.